

“SORBONNISTAS” X “PARAGUAIOS”: técnicos e políticos personalistas no PSD catarinense (1960-1965)

Marcelo Raupp*

Resumo

A política catarinense de meados da década de 1960 apresentou uma característica fundamental: a coexistência de diferentes elites políticas. Dentro do PSD (Partido Social Democrático) estadual, esta foi uma característica marcante. De um lado, um grupo de larga tradição, voltado para uma ação de caráter mais personalista, geralmente identificada por práticas tidas como “clientelistas” e “populistas”. De outro, pela emergência de certas demandas técnico-administrativas dentro dos aparelhos estatais, provenientes de um ímpeto de modernização, nas quais entram em cena personagens vinculados a um diferente perfil (construído por uma perspectiva tecnocrata). O primeiro carregava a influência de Aderbal Ramos da Silva (ex-governador), através de uma liderança cada vez mais fundamentada na figura do deputado Ivo Silveira. O segundo grupo, fortalecido no período aqui assinalado, ganhou evidência com o “Seminário Sócio-Econômico” e, posteriormente, com o “Plano de Metas do Governo”; isto, através da supervisão destacada do intelectual Alcides Abreu. Sendo fundamental para os primeiros o controle da máquina pública, refinada pelos segundos, entra em cena uma nova correlação de forças em busca do poder partidário, resultado simultâneo da fricção e da simbiose entre novas e antigas culturas políticas.

Palavras-chave: História. Cultura Política. Elites.

O cenário político catarinense de meados da década de 1960 apresentou uma característica bastante peculiar: a coexistência e a convivência de elites políticas bastante variadas entre si. Cada uma forjada em uma temporalidade específica e com necessidades e ambições não menos variadas. O período em questão deve ser entendido como uma espécie de *encruzilhada*, em que não apenas emergiram as disputas entre os partidos políticos (UDN, PSD e PTB) – seja em âmbito nacional, estadual ou local –, mas também, e talvez principalmente, diferentes projetos de poder colidiram na busca de uma hegemonia partidária. Dentro do Partido Social Democrático de Santa Catarina esta foi uma característica marcante.

De um lado, enfileirou-se um grupo de larga tradição, voltada a uma ação de caráter mais *personalista*, geralmente identificada por práticas “clientelistas” e “populistas”. Este

* Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Email: mcraupp@zipmail.com.br

grupo, identificado pelo termo “paraguaios”,¹ carregava a influência de Aderbal Ramos da Silva (ex-governador), através de uma liderança cada vez mais incrustada na figura do deputado Ivo Silveira.

Entretanto, pela emergência de certas demandas técnico-administrativas dentro dos aparelhos estatais, provenientes de um ímpeto de modernização, entraram em cena personagens associadas a um diferente perfil, construídas por uma perspectiva *tecnocrata*. Dessa forma, nasceu no período uma nova facção partidária, fortalecida por adquirir notoriedade com a condução do “Seminário Sócio-Econômico”² e, posteriormente, com a execução do “Plano de Metas do Governo”³; isto, pela supervisão destacada do intelectual Alcides Abreu.

Sendo assim, através de caminhos bastante distintos, duas lideranças ganharam destaque dentro do Partido Social Democrático de Santa Catarina: Ivo Silveira⁴ e Alcides Abreu⁵.

Os Paraguaios

Para entender algumas das mais importantes características da sociedade do período em questão, é preciso que se retomem determinados conceitos e discussões concebidos pela historiografia mais tradicional. Em primeiro lugar, a noção de oligarquia.

¹ O termo paraguaio aparece de forma frequente em diversas publicações sobre a política catarinense, em especial sobre o Partido Social Democrático. Pela literatura consultada, assim como por conversas/entrevistas com alguns dos protagonistas dos principais acontecimentos referidos neste artigo, evidenciou-se um significado bastante diverso do termo. Aqueles que eram percebidos como “paraguaios” eram vinculados, pejorativamente, à tradição dos “caudilhos”, mas também foi mencionada a explicação de que o termo indicava ao mesmo tempo certa “aspereza”, derivada de uma valorização da masculinidade, do pragmatismo nas atividades públicas em contraste com práticas mais sofisticadas, como, por exemplo, o letramento “exagerado” e pouco comum de indivíduos como os “sorbonnistas”. Se tais divisões eram de fato tão claras no cotidiano do partido, não sabemos precisar, mas é certo que a contenda habita de forma vívida a memória política catarinense.

² Plataforma da candidatura de Celso Ramos ao governo do estado de Santa Catarina, o seminário socioeconômico foi o resultado de uma série de pesquisas voltadas para o entendimento da realidade catarinense, sobretudo no que dizia respeito à pluralidade da população e à complexidade dos “problemas catarinenses”.

³ O PLAMEG nada mais foi do que a aplicação dos indicativos retirados do seminário socioeconômico aplicados pelo governo já eleito de Celso Ramos.

⁴ Natural de Palhoça – SC -, fez os estudos primários em Palhoça e os secundários, em Florianópolis. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina (1945). Promotor Público adjunto da Comarca de Palhoça, contador da prefeitura municipal de Palhoça, delegado adjunto da Ordem Política e Social de Santa Catarina, consultor jurídico do estado, prefeito municipal, deputado estadual por três legislaturas (1951-1965) e governador do estado (1966-1970).

⁵ Natural de Bom Retiro – SC -, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina (1950). Especialista em Economia na Universidade de Paris I (Sorbonne). Diretor do Departamento Regional do SENAI (1954-1972). Membro do secretariado do governo Celso Ramos (1961). Entre 1962 e 1965, presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), posteriormente denominado BESC.

Como se sabe, antes de 1930, “o governador republicano era eleito pela máquina do partido único estadual, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes” (CARVALHO, 2005, 131-132). Entretanto, como lembra José Murilo de Carvalho, “... emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres” (CARVALHO, 2005, p.133).

De forma geral, a experiência do coronelismo no Brasil não foi conduzida exclusivamente pelos latifundiários. Em Santa Catarina, tal diversidade assume incontáveis variedades.

O coronelismo morre com o fim da República Velha, mas deixa no ar o componente principal da sua existência: o mandonismo. Como define José Murilo, o mandonismo:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional (CARVALHO, 2005, p.133).

Como resquício da política tradicional, o mandonismo transmitiu a herança política mais cara ao período 1930-1964: o *personalismo*. Parece ser bastante claro que -, através de um individualismo, de um personalismo, daquele que é “querido por todos”, seja pela “influência familiar”; pelo apadrinhamento garantido por um “grande cacique”; pela representação de uma categoria profissional ou outra associação de classe (associações empresariais, por exemplo) ou mesmo pelo envolvimento com uma agremiação esportiva ou clube social - assim é forjado o *político profissional*. Ele adquire um “capital político”, constrói uma relação de reciprocidade com o seu eleitorado. É nesse conjunto de relações em função de atividades “que ocorrem fora da política” que o fenômeno conhecido por clientelismo adquire força e complexidade:

De modo geral, indica um tipo de relação, entre atores políticos, que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (...) Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo (CARVALHO, 2005, p. 134).

É por meio da cumplicidade, da interação e de um forte apelo a “laços pessoais” que a política catarinense opera em suas entranhas. Foi exatamente dentro de complexas operações políticas, em fins da década de 1940, que surgiu nas cercanias da Capital, mais precisamente no município de Palhoça, uma curiosa liderança: o advogado Ivo Silveira. Como expressa o jornalista Moacir Pereira, Ivo Silveira:

Filho de uma típica família de classe média da Palhoça, na Grande Florianópolis, tornou-se o símbolo da autêntica representação política. Nunca perdeu uma eleição em sua terra natal, foi deputado estadual por quatro legislaturas, exerceu o mandato de prefeito municipal e por três vezes presidiu a Assembléia Legislativa do estado (PEREIRA, 1998, p. 9).

Em 1998, por ocasião de longa entrevista (largamente utilizada no presente trabalho), Ivo Silveira responde ao jornalista Moacir Pereira sobre o trabalho necessário à obtenção dos votos na sua região:

Era um conjunto de ações partidárias, assistenciais, esportivas e comunitárias. Fundei o PSD em 1945, fui secretário e presidente do partido. Presidi a Legião Brasileira de Assistência Municipal. Marcava presença em várias entidades. Joguei de beque central no Guarani da Palhoça. Ia aos bailes no clube Sete de Setembro, ia às missas dominicais, comparecia ao cinema, circulava no jardim e, às vezes, jogava um “pifezinho” com os amigos. Em termos de informação, tinha-se um quadro muito diferente deste de hoje. Eu é que levava as notícias para as lideranças e a população do centro e dos distritos. O noticiário era restrito às emissoras de rádio. E, assim, dividia a vida entre esta forte presença na Palhoça e o trabalho de oposição na Assembléia (PEREIRA, 1998, p. 20).

Tomando emprestada a famosa expressão do antropólogo Clifford Geertz, trata-se de uma “descrição densa” da *cultura política* de uma época. É a partir deste personagem e das redes por ele construídas, tanto no perímetro urbano de Palhoça, como nas localidades mais afastadas, que se constituiu o Partido Social Democrático (PSD) naquele município. Ivo Silveira não era o único figurante, mas foi a partir da consolidação de sua liderança que o partido ganhou corpo dentro das localidades. Entretanto, a posição por ele construída ao longo de duas décadas foi consolidada como força vital dentro das pretensões eleitorais de seu partido aos cargos maiores do estado.

Sua influência, obviamente, esteve amplamente associada ao estilo e também ao círculo político-econômico de Aderbal Ramos da Silva (principal liderança pessedista na região da Capital e importante empresário), do qual o líder palhocense herdou um potencial

capital político. Podemos concluir, a respeito do primeiro, nos dizeres de Patrícia Zumblick dos Santos May, que:

A sua familiaridade com a cidade [Fpolis] expressava o personalismo que exercia através do que se poderia chamar como **política do dia a dia**. Com acentuado culto ao bairrismo, ARS buscou construir sua imagem pública entre a elite do estado e entre as classes subalternas, seguindo um estilo tipicamente populista, acompanhando a tendência dominante na América Latina nos anos cinquenta (MAY, 1998, p. 70).

Assim não foi diferente para Ivo Silveira. Imbuído de uma “simpatia popular”, notadamente construída numa relação de reciprocidade com as populações das diversas localidades, familiarizando-se com os eleitores por meio das atividades mais simples, como as festas de igreja e as inaugurações de obras públicas, assim como com os seus principais problemas e queixas, este e outras lideranças se autoafirmavam perante a população, constituindo uma atmosfera de “legitimidade”, “influência” e “respeito” por parte dos eleitores em geral.

Aqui é preciso ponderar a respeito da altivez de uma liderança muitas vezes mitificada. Como adverte Raoul Girardet, “o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más” (GIRARDET, 1987, p. 17). Entretanto, trata-se de uma liderança bastante pragmática: “o que lhe preocupa, o que importa, onde realmente se apóia, é na capacidade de criar um espírito, estabelecer uma magia no ar, uma disposição entre as pessoas, que as una sob um ideal e as faça lutar, sob sua liderança, por esse ideal” (PEREZ, 2007, p.49).

Na verdade, Ivo Silveira sempre esteve vinculado a um projeto de poder muito mais complexo do que os papéis assumidos em nível municipal, como ele próprio reconhece a respeito da tarefa que cumpriu por toda a década de 1950 na Assembléia Legislativa:

Na oposição ao governo do Estado ficava no mais completo sereno. Contava com apoio apenas na Prefeitura da Palhoça. Eu me elegi sempre com os votos do povo da Palhoça. O meu eleitor era integralmente assistido. O contato era direto e pessoal. Ele tinha médico, farmácia, hospital, batizado, visita, casamento, enterro. Naquela época, eu visitava Santo Amaro, Águas Mornas, Anitápolis, São Bonifácio, Paulo Lopes e Garopaba, que compreendiam o município da Palhoça⁶ (PEREIRA, 1998, p. 27).

⁶ Aqui é preciso ressaltar que o depoimento é dado no ano de 1998 e o ex-governador se refere aos nomes atuais dos municípios em questão. As emancipações de tais localidades ocorrem entre os anos de 1958 e 1962. No período anterior, em que todas as localidades pertenciam ao município de Palhoça, a maior parte delas era conhecida por outras nomeações.

Os chefes ou *lideranças* locais, a partir do fim do Estado Novo, amparados pelas máquinas partidárias nas quais se lançaram para a disputa eleitoral, tinham como principal condição de sustentação a realização de duas tarefas: primeiro, a necessidade de reforçar os laços com as bases já angariadas, com o eleitorado publicamente “do mesmo lado”; depois, a possibilidade de arrebanhar os eleitores supostamente identificados com outra agremiação política; afinal, vivia-se a época da “experiência democrática” e se os eleitores permanecessem sempre com os mesmos pontos de vista, os resultados seriam sempre os mesmos. Sendo assim, como marcar passo perante o eleitor? Propiciando um relacionamento político centrado na ordem pessoal. Assim, sempre que preciso, lá estavam o “Doutor”, o “seu pessoal” ou mesmo os familiares e cabos eleitorais (com inúmeras atribuições), prestando assistência aos “mais necessitados” (*as gentes humildes*), assim como aos fiéis correligionários (que também podiam mudar de acordo com as dissidências e as mudanças no quadro político).

Explorar os vínculos pessoais e cotidianos, sem obrigatoriamente assumir um pertencimento partidário-ideológico, podia ser uma conveniência mais do que adequada ao eleitorado do que fazer parte, efetivamente, de uma organização partidária. Entretanto, a fluidez das demandas dos eleitores não deve ser vista unicamente como uma manifestação da contemporaneidade, mas como uma das formas de participação mais reconhecidas do jogo eleitoral ao longo do tempo: uma espécie de margem para a atuação dentro do campo político e não uma renúncia do “estar presente” nele.

Como se fez com o pessedismo em Santa Catarina, processos semelhantes ocorreram com outras correntes políticas do estado durante boa parte do século 20. Membros de famílias mais abastadas e de maior prestígio político, tal como os Konder-Bornhausen, receberam o devido treinamento bacharelresco nas faculdades de direito de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isso explica, em parte, por exemplo, as sociabilidades construídas por estes políticos em nível nacional ainda na Primeira República, já que essa “fabricação” das elites pelo diploma trazia em si o que futuramente vinha a ser a elite dirigente do País. Mas isso se dava com um grupo restrito, extremamente seleto.

Entre outros fatores, podemos destacar também que a partir dos cursos superiores fundados em Florianópolis, outros atores puderam entrar em cena, como o próprio Ivo Silveira, que ingressou no curso de Direito no ano de 1940. Aqui, quando se destaca o ensino superior, sobretudo o Direito, isso ocorre devido à influência já tradicional em nosso país dessa área de saber na esfera política. Resumindo, os círculos políticos e os seus arranjos eram definidos neste ambiente, pois os jovens das elites ali tomavam contato com o universo

público. Os próprios professores eram, simultaneamente, em sua maioria, bacharéis e políticos. De acordo com tal perspectiva, Norberto Dallabrida, ao comentar a “fabricação escolar das elites” no início do século 20 no Ginásio Catarinense, chama a atenção para o fato de que “boa parte dos egressos do colégio dos jesuítas veio a constituir a elite dirigente do estado de Santa Catarina e alguns tiveram relevo nacional, tanto na iniciativa privada como e principalmente no aparelho estatal” (DALLABRIDA, 2001, p. 31).

Mas não se tratava apenas da formação individual da figura do político. Como explica Cristiane Barreto, ao discutir algumas memórias de membros dessas famílias, “estes pequenos fragmentos [de memória] relatados sobre casamentos, negócios, escolhas para cargos políticos e atuação na esfera pública política em defesa da economia do Vale do Itajaí, servem para podermos analisar como se formou, atuou e perpetuou a elite no Vale do Itajaí” (BARRETO, p. 180). Ainda de acordo com a autora:

Determinadas condições econômicas, materiais e políticas, associadas a associações matrimoniais e financeiras foram o que ajudou a construir esta elite, num processo ativo cujos membros foram selecionados e preparados através de um acesso limitado e excludente (BARRETO, 2003, p. 167).

Assim se fez também do outro lado. Dentro das redes formadas no PSD, um pouco mais tarde em relação ao que já era praticado pela família Konder na década de vinte, as relações de amizade, casamentos e “favores pessoais”, que eram orquestradas, definiram uma espécie de hierarquia dentro da estrutura político-partidária. Como nos diz Cristiane Barreto, ao analisar a rede política udenista instalada no Vale Do Itajaí ainda na Primeira República, “esta elite se mantém através de uma solidariedade, entendida aqui dentro de uma rede de relações que mudam conforme os interesses e as alianças efetuadas” (BARRETO, 2003, 165). Na verdade, é nisso que consiste o que se quer aprofundar: em que intensidade ocorreu a associação entre as lideranças políticas e em torno de que laços elas se reuniam e se projetavam no meio eleitoral. Não é por acaso que a família Ramos é a protagonista dos cargos eletivos conquistados pelo PSD entre 1947 e 1965. O próprio governador Ivo Silveira, eleito no pleito de 1966, se não era aparentado à família, sem dúvida era a figura de maior acesso aos seus líderes e a mais congratulada. É na sucessão aos membros da família Ramos no executivo (em 1966) que isso vai se provar.

Os Sorbonnistas

Em uma atmosfera de certezas positivas:

A história brasileira a partir dos anos 40 e, mais especificamente, dos anos 50 tem, dentre outras, uma marca muito especial, a da crença na transformação do presente com o objetivo de construção de um futuro alternativo ao próprio presente (NEVES, 2001, p. 171).

Com as novas demandas do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, Santa Catarina também se obriga a construir um lugar para si no novo alinhamento, preparado para o desenvolvimento da nação. “A formação de um público urbano e a emergência de uma *cultura de massas* iriam modificar substancialmente a sociedade brasileira. Entramos no ‘tempo cultural acelerado’, onde os signos se multiplicam visando o consumo imediato” (VELLOSO, 2002, p. 173). Obviamente, preparar o caminho do progresso era o compromisso de qualquer corrente política.

Planejar para desenvolver era o princípio norteador dos programas e discursos partidários. A política catarinense se via na iminência de discutir, de forma definitiva, a “superação do atraso” e o “engrandecimento” do povo catarinense. A década de 1950 chegou ao fim exatamente com a “boa-nova” do *Seminário Sócio-Econômico*. “A intenção – segundo Alcides Abreu – era a de:

Realizar um diagnóstico global da realidade catarinense, envolvendo entidades públicas e privadas. Para isto, foi inicialmente criado um grupo de trabalho pelo Conselho Nacional da Indústria, que, inclusive, dispunha de dotação financeira para o empreendimento, grupo este composto de técnicos e especialistas nos diversos setores a serem enfocados (LENZI, 1997, p. 51).

Como ressalta Mônica Pimenta Velloso, “nesse contexto, toma a força a utopia nacionalista que dá por findo o ciclo do atraso. Industrialização, urbanização e tecnologia são as palavras de ordem do momento. Até mesmo os intelectuais mais radicais depositam as suas esperanças no populismo” (VELLOSO, 2002, p. 172). Tratou-se de um momento singular, em que “assim como no caso da explosão social do final do século XVIII, a que ocorreu depois da crise de 1930 consistiu, sobretudo em uma ofensiva do campo sobre a cidade, de modo que se manifestou sob a forma de uma explosão urbana que transformaria as perspectivas da América Latina” (ROMERO, 2004, p. 355).

Para as autoridades do período, não era concebível que uma mudança de caráter tão drástica da sociedade não tivesse a intervenção consciente e alerta dos governos para solucionar os problemas e dinamizar o desenvolvimento. “Nesse sentido”, com as palavras de Lucília de Almeida Neves:

As ações humanas projetavam-se, deliberadamente, para a construção do amanhã. Havia um forte sentido de esperança, caracterizado por uma marcante consciência da capacidade de intervenção humana sobre a dinâmica da História, buscando-se implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social (NEVES, 2001, p. 171).

Eram tempos de profundo otimismo.

Em Santa Catarina, o Governo Celso Ramos, corolário do setor industrial, praticamente a forma estatal da FIESC, tomou as conclusões do seminário socioeconômico e, ao aplicá-las no PLAMEG, engendrou suas forças na modernização do governo catarinense, fomentando o planejamento racional das atividades estatais e favorecendo a emergência de um corpo técnico na direção do cumprimento das metas estabelecidas em campanha. “Na constelação dos valores que compunham a administração Celso Ramos, brilhava a estrela dos técnicos, um grupo, em sua maioria, jovem, que o governador convocara para integrar seu quadro de auxiliares e que colocava em prática idéias inovadoras, capazes de acelerar o desenvolvimento do Estado” (TANCREDO, 1998, p.265). Desse movimento, emergira, antes do início do mandato do governador, uma liderança de porte, reconhecida pela comunidade política catarinense: Alcides Abreu.

Já há algum tempo Alcides estava ao lado de Celso Ramos. Colocava sua inteligência e capacidade a serviço da Federação das Indústrias de Santa Catarina quando o novo Governador do Estado presidia essa entidade de classe. Inteligência e capacidade que se ampliaram com a experiência adquirida nos bancos da Sorbonne. Alcides morou em Paris e frequentou aquela Universidade numa época em que pouquíssimos brasileiros podiam ter acesso a tal privilégio (TANCREDO, 1998, p. 265).

Dessa maneira, o Plano de Metas do Governo, previsto para o exercício de 1961-1965, colocava-se pronto para sair do papel, atingindo o “homem” e o “espaço” catarinenses. Assim recordou, mais tarde, o próprio governador do estado:

Organizei de imediato o PLAMEG e nomeei para dirigi-lo o Doutor Anes Gualberto, que era, na ocasião, dos engenheiros que me acompanhavam, o que tinha acompanhado a organização e a pesquisa para o sócio-econômico.

O PLAMEG tratava exatamente da execução do programa. Lá foram feitas as obras que deixei em Santa Catarina, todas de acordo com o levantamento sócio-econômico. Foi na ocasião o único governo, ou melhor, o primeiro governo que realizou uma administração planejada. Primeiro Estado, portanto, que governava conduzindo tecnicamente a administração (LENZI, 1997, p. 74).

Ao escrever uma biografia do ex-governador, Silveira Lenzi também sugere que tal empreendimento:

Na verdade, marcou experiência inédita e original para a época, referendada pela improvisação dos programas administrativos, pretendendo que 'contivesse num só tempo o levantamento das condições do Estado e a tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia do desenvolvimento econômico e cultural que caracteriza o processo brasileiro', visando 'reformulações sucessivas por parte da população de sua própria decisão'. Preconizava o documento a posse de uma consciência autêntica, para um projeto autônomo de vida, abstraído o legado da formação e situação colonial, que abrigou os radicais, por longos anos, a uma atitude alienada e de empréstimo. Lançou desafios para a produtividade e para o trabalho, ação conjunta dos governados (LENZI, 1997, p. 52-53).

Não é necessário discutir a importância, maior ou menor, do pioneirismo no que diz respeito a esse método administrativo na política nacional. Os esforços para o cumprimento das metas do PLAMEG foram imensos e causaram profundos impactos na sociedade catarinense. Mas é importante situar esta experiência em seu contexto. Uma época, marcada pelo que poderia se chamar de uma "febre do planejamento". A política brasileira vivenciava uma experiência peculiar. Os anos JK haviam deixado uma atmosfera positiva quanto à modernidade e à crença utópica de que o traço idealizado pelos arquitetos e engenheiros poderia controlar os usos do espaço, dando ao território brasileiro um tratamento racional, devidamente previsto e organizado; enfim, preparando-o para o "sonho desenvolvimentista". Tais princípios eram de tamanha veracidade que extrapolavam os círculos herdeiros do varguismo e ecoavam em outras vertentes político-partidárias. O próprio lacerdismo incorporou essas premissas, largamente entendidas como a salvação do Estado e a viabilidade para o crescimento econômico.

Com razão, a preocupação com a descentralização e o planejamento são dois temas fortemente presentes ao longo de todo o período desse governo. Na verdade, são bastante característicos desse período da história da administração pública brasileira (PEREZ, 2007, p. 149).

Assim como nas fileiras políticas do varguismo, as idéias em torno do planejamento ganham fôlego em toda a comunidade política nacional. Tanto que serão marca do governo militar instaurado em 1964. Na UDN, e sobretudo na gestão de Carlos Lacerda no estado da Guanabara (1960-1965), tais princípios também foram utilizados, senão no plano da realização efetiva, pelo menos apresentaram efeitos na retórica.

A metáfora que atribui a uma organização a imagem de máquina pode ser de especial proveito, pois nela se encaixam algumas características da administração que Lacerda foi desenhando e montando ao longo do seu mandato. Na verdade, o próprio uso de verbos como “desenhar” e “montar” já nos remete ao mundo dessa metáfora, prova de como ela exerce influência sobre a nossa linguagem e sobre a nossa forma de pensar (PEREZ, 2007: p.151).

Como percebe Mônica Pimenta Velloso, “daí prevalecer a concepção do Estado como um todo orgânico, a idéia da política como missão e a visão da sociedade como uma espécie de corpo místico” (VELLOSO, 2002, p.187).

Essa era, portanto, a concepção política que predominava nas ações executivas do Governo Celso Ramos em Santa Catarina: dotar um corpo técnico qualificado e servido de condições para o fomento do progresso, da educação e do trabalho. “Entretanto, a tecnoburocracia que movimentava as estruturas do estado entrava em atritos constantes com os políticos tradicionais do PSD, habituados ao pragmatismo utilitário e à política cartorial e de clientela” (LENZI, 1997, p. 93).

Sorbonnistas X Paraguaio

De um lado, o grupo dos tecnocratas concebia o campo político como meio para uma tarefa de intervenção e transformação da realidade. “Ocorriam, assim, choques entre tecnoburocratas (também denominados *grupo da Sorbonne*) e os *paraguaio*, liderados por Aderbal Ramos da Silva, Renato Ramos Silva e outros” (LENZI, 1997, p. 93).

Ao contrário dos primeiros, os paraguaio pensavam a política como um fim em si mesmo. “Caracterizavam-se por estarem permanentemente dispostos à luta onde quer que o partido precisasse. Discutiam nas esquinas, discursavam nos comícios, atacavam e defendiam nos jornais e nas rádios, brigavam nas ruas e se impunham” (TANCREDO, 1998, p. 266). Como se vê, sua posição estava centrada em princípios políticos diametralmente opostos aos adotados pelo governo (planejado pelos “sorbonnistas”). Sua influência e relevância no

espaço público eram fruto da mais absoluta pessoalidade. A homogeneização da sociedade, por consequência do eleitorado, poderia revelar a iminência de sua falência política. Por mais que compreendessem a necessidade e, em muitos casos, percebessem a lucratividade advinda sobretudo da industrialização, não era para eles nada desejável que os antigos laços de poder fossem desmanchados. Admitiam a modernização, mas, para eles, “a política deveria ficar com os políticos, respeitando-se as determinações técnicas ditadas pelo Governador à equipe da *Sorbonne*” (TANCREDO, 1998, p. 266).

Estes últimos entendiam-se como “a elite da agremiação, atuavam somente no plano intelectual, com inegável competência e importância para o todo. Seu campo de atividade partidária não ultrapassava os espaços do gabinete de trabalho” (TANCREDO, 1998, p. 266). Por conceberem os motivos do êxito eleitoral do PSD a partir de 1960, colocavam-se à disposição para a empresa do governo. Tal influência ganhou corpo, como assinala Luiz Henrique Tancredo:

No Governo, os espaços ocupados por esse grupo de técnicos liderados pelo professor Alcides Abreu eram cada vez maiores. A cobertura crescente proporcionada por Celso constituía motivos de preocupação para lideranças políticas do PSD, entre elas Aderbal e Renato (TANCREDO, 1998, p. 266).

Sendo fundamental para os “paraguaios” o controle da máquina pública, agora refinada pelos “acadêmicos da *Sorbonne*”, entra em cena uma nova correlação de forças em busca do poder partidário, resultado simultâneo da fricção e da simbiose entre novas e antigas culturas políticas.

Entretanto, não apenas o controle e a organização da máquina pública se fazem necessários ao sucesso eleitoral. Os meios de comunicação são necessários ao meio político e nele encontram uma força contundente. Como adverte Maria Helena Capelato (2003, p. 147), “a ideologia veiculada pelos jornais tem o seu lado de verdade; a verdade da imprensa é seletiva, particular, produzida por muitos e sempre de acordo com interesses inseridos na lógica dessa empresa que é uma instituição pública e privada e, como tal, produz uma mercadoria comercial e política”. Se isto vale para os jornais, passa a ser regra para o uso eleitoral do rádio. De acordo com o biógrafo do “Doutor Aderbal”:

Na vitoriosa campanha de Celso Ramos para o Governo do Estado, a Rádio Guarujá também teve participação importante. Aderbal determinou que sua emissora abrisse os maiores espaços às matérias de natureza eleitoral. (...) Com as ondas curtas atingindo todos os cantos do Estado, por onde Celso

Ramos passasse os caminhos já estavam abertos pelas mensagens veiculadas através da Guarujá (TANCREDO, 1998, p. 258).

Tais observações deixam claro um aspecto extremamente importante da cultura política catarinense e, em escala maior, da brasileira: o compromisso com os aliados. As alianças, mesmo quando realizadas dentro da própria família, sempre tinham como lastro as pendências de acertos anteriores. Ou seja, se os esforços do planejamento governamental iniciado na presidência da FIESC e as aplicações do mesmo no mandato Celso Ramos (1961-1965) fossem suficientes para a corrida sucessória, o grupo político ancorado na tecnocracia teria indicado “naturalmente” um dos seus pares para a disputa. Tal alternativa parecia estar encaminhada na figura do professor Alcides Abreu.

Homem forte do governo Celso Ramos, presidente do Banco do Estado, criador do Plano de Metas do Governo e irmão de Nelson Abreu, chefe da casa civil do governo, Alcides, era moço, competente, formulador e condutor de idéias novas, e liderava os meios acadêmicos e intelectuais (LENZI, 1997, p. 97).

Mas, como bem ponderou o próprio Ivo Silveira (candidato eleito no pleito de 1965) a respeito do impasse:

O governador Celso Ramos tinha como candidato à sucessão o professor Alcides Abreu. Ocorre que o PSD tinha uma bancada muito ativa na Assembléia Legislativa, e o meu nome transitava bem. O Dr. Aderbal era muito meu amigo e me apoiou na indicação. Criou-se na época uma onda de que o governo estava muito técnico e que a eleição seria muito disputada. A análise era simples: corríamos o risco de perder (PEREIRA, 1998, p. 40).

O que também deve ser levado em consideração é que os atos do governo não se concretizavam sem a devida apreciação do Legislativo. Dentro das tradições políticas catarinenses, os embates em torno do Parlamento se faziam intensos. Como parte da cultura política daquele momento, calcada em relações de compromisso pessoal e acordos de bancada, era extremamente arriscado ao partido romper com suas práticas (até então bem-sucedidas), sob pena de fracassar na disputa pelo poder e destruir a coesão interna por meio das dissidências. Sob esta posição, optou-se pelo continuísmo:

Ivo Silveira sempre fora o fiel herdeiro do PSD, e era pessoa de extrema confiança do doutor Aderbal. Ivo era líder do governo Celso Ramos, hábil, negociador, partidário, respeitado pelos adversários, deputado estadual por cinco legislaturas, e chegou à chefia do poder legislativo em 1963/1964 pelos méritos da fidelidade e da competência (LENZI, 1997, p. 96-97).

Como ele mesmo se percebia nos seus tributos em plenário (primeiro como oposição, depois como situação), “obedecia a uma linha moderada. Eu nunca fui um homem agressivo. Fui líder do bloco de oposição e presidente de comissão durante muitos anos. Com a eleição do Celso Ramos fui líder do governo” (PEREIRA, 1998, p. 24).

Para dar fim aos conflitos internos, uma ocasião se constituiu como o “ato simbólico” da predominância do grupo tradicional nas carreiras maiores do Partido Social Democrático. Numa reunião de setores do PSD, em Jaraguá do Sul, uma lista de assinaturas corria com a declaração de apoio ao ex-governador Aderbal Ramos da Silva, para que fosse indicado pelo partido como candidato de consenso:

Mais de 100 convencionais que se encontravam no local aprovaram de imediato a proposição. Quanto a Aderbal, declarou que aquele era um dos momentos mais felizes de sua vida pública, recebendo a manifestação como um julgamento de suas ações políticas (TANCREDO, 1998, p. 268).

Conhecido como “A Declaração de Jaraguá”:

O ato político de Jaraguá do Sul, na realidade, teve o sentido de emitir claros sinais à Sorbonne, que, inquieta, já tratava de se articular politicamente com vistas às eleições de 1965. Dentro da máxima dos paraguaios, os assuntos políticos deveriam ficar estritos a eles. Como de fato, acabaram ficando (TANCREDO, 1998, p. 268).

O evento pode ser observado como uma grande oportunidade para o grupo de Aderbal Ramos da Silva. Como o próprio se entendia “acima das disputas do partido” e já havia conquistado o prestígio de governador (1947-1950), o caminho ficava aberto a uma indicação de sua preferência, além de considerado por muitos como natural: Ivo Silveira.

Mesmo assim, seria extremamente insuficiente uma versão dos fatos que viesse a concordar com a premissa de que os paraguaios conseguiram manter seu status partidário. Na política, tudo o que se tem são opções. Na verdade, dentro de um complexo jogo de interesses colocados à prova, é preciso salientar que a opção por Ivo Silveira foi a tentativa de manter o sucesso eleitoral e não permitir a expansão do adversário maior no cenário, a UDN. A partir dessa querela, também é importante perceber como estas chamadas “elites políticas” se construía internamente e forjavam suas lideranças.

Em geral, surgiam de famílias abastadas e/ou tradicionais, que possuíam um padrão social semelhante. Outras lideranças políticas delas surgiam ou a elas se associavam, dependendo especificamente de cada caso. Mas o essencial era mantido: concentrar e

conservar o poder político dentro do menor número possível de líderes para garantir a manutenção de vantagens econômicas, pois, do controle do Estado, que passa pelas eleições, vinha a possibilidade de articulação com o crescimento econômico.

Mas, se de um lado, o governador eleito Ivo Silveira conseguiu manter a “coesão interna” de seu partido e consolidar as práticas administrativas de seu antecessor, lançando o PLAMEG II, por outro, enfrentou uma crise política extremamente delicada com a instalação do bipartidarismo na República. Momentaneamente, o exercício do poder estava garantido, mas a máquina partidária passaria a existir apenas parcialmente.

Mesmo assim, é preciso ressaltar que o próprio regime militar só encontrou viabilidade justamente por contar com as bases político-eleitorais reconstruídas após o suicídio de Getúlio Vargas e da crise do trabalhismo. Os líderes do PSD e da UDN assentavam-se fortemente numa relação de animosidade entre polos que se fixavam em torno de suas candidaturas; tal fenômeno ultrapassou esse universo político, chegando ao “abraço acolhedor” da ARENA e sobrevivendo no período contemporâneo como entidades fantasmagóricas, ou seja, os partidos são os mais diversos, mas suas correntes são ainda visíveis e permanecem em tom de animosidade e luta por espaço no palco político de cada localidade catarinense.

“SORBONNISTS” VS. “PARAGUAYANS”: personalistic technicians and politicians in the PSD of Santa Catarina (1960-1965)

Abstract

The politics of Santa Catarina in the mid-1960s had a fundamental characteristic: the coexistence of different political elites. And inside the state PSD (Social Democratic Party) this was a remarkable characteristic. On the one hand, a group with great tradition, focused on a more personalistic action, usually identified by practices considered as “clientelistic” and “populist”. On the other hand, through the emergence of certain technical-administrative demands inside the state apparatus, originating from the impetus of modernization, associated actors with a different profile enter the scene (developed through a technocratic perspective). The first one was influenced by Aderbal Ramos da Silva (former governor), through a leadership which was increasingly based on the figure of Deputy Ivo Silveira. The second group, strengthened in the period highlighted above, gained evidence through the “Social-Economic Seminar” and, later, with the “Government’s Target Plan”; through the particular supervision of the intellectual Alcides Abreu. Being fundamental for the first group, the control of the public administration, refined by the second group, entered the scene in a new correlation of forces in search of party power, the simultaneous result of the friction and symbiosis between the new and the old political cultures.

Keywords: History. Political Culture. Elites.

Referências

BARRETO, Cristiane Manique. Entre-laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. in: RAMPINELLI, Waldir J (Org.). **História e poder: a reprodução das elites**. Florianópolis: Editora Insular, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando T. da; NAXARA, Márcia R.C.; CAMILOTTI, Virgínia C. (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: EdUNIMEP, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: Escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Celso Ramos: Um perfil político**. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 1997.

MAY, Patrícia Z. dos Santos. 1998. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Dissertação (Mestrado) - UFSC – Florianópolis.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PEREIRA, Moacir (org). **Ivo Silveira: um depoimento**. Florianópolis: Editora Insular, 1998.

PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara: A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. São Paulo: Odisséia Editorial, 2007.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba: poder e generosidade**. Florianópolis: Ed. Insular, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Recebido em: dezembro de 2009

Aprovado em: agosto de 2010